



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA E
SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Migração

2022



IDENTIFICAÇÃO

Criada pela Lei de nº 15.680, de 13 de agosto de 2021, a **Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)** tem a atribuição de planejar, propor e coordenar políticas de acesso à Justiça e executar programas de proteção a pessoas e defensores de direitos humanos, além de realizar ações e políticas públicas sobre migração e prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Período: Janeiro a dezembro de 2022

Responsáveis pela elaboração do relatório:

Bibiana Waquil Campana - Presidente do COMIRAT/RS e Servidora da Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo

Amanda de Souza Prestes - Servidora da Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo

Wellington Mancilha Xavier - Servidor da Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo

Jorge Fernando João - Estagiário do Departamento de Justiça

Sofya Bellini e Soares - Estagiária do Departamento de Justiça

Compete a este Departamento a gestão da pauta migratória, em observância a normativas internacionais, tais como a Convenção de Genebra, adotada em 28 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena, de 1984; e nacionais, tais como a Lei Federal de Refúgio nº 9.474/1997, o Decreto nº 4.246/2002, que promulga a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, ratificado pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.017/2004, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, promulgada pelo Decreto Federal nº 5.948/2006, o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), a Lei Federal nº 13.344/2016, e a Lei Federal de Migração nº 13.445/2017.



Dentre suas atribuições, destaca-se:

- [Presidência](#) e apoio técnico e administrativo ao Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS);
- Elaboração e articulação de cursos, capacitações e materiais informativos para serviços da rede pública estadual e municipal e sociedade civil;
- Apoio e orientação a serviços da rede pública e sociedade civil no atendimento a migrantes;
- Apoio e orientação a prefeituras municipais sobre a instituição de planos e políticas de atenção a migrantes;
- Incidência política junto à Assembleia Legislativa, às secretarias estaduais e ao governo federal;
- Elaboração e incidência em torno da Política Estadual para Migrantes;
- Apoio na criação de comitês ou comissões nas esferas regional e municipal para monitoramento e avaliação das ações locais.

Visando o balanço anual das ações planejadas e organizadas por esta secretaria, relacionamos a seguir neste relatório as atividades do ano de 2022:

1. Política Estadual para Migrantes

Projeto de Lei de iniciativa da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, por meio de grupo de trabalho criado pelo COMIRAT/RS, visando instituir uma Política Estadual para Migrantes, de forma transversal às políticas públicas estaduais, que incentive o desenvolvimento da coordenação entre Estado e Municípios em articulação com a sociedade civil, para implementação de políticas, serviços e benefícios locais. Dessa forma, trazendo estratégias que visem a prevenção e o combate às violações de direitos fundamentais e quaisquer discriminações, fomentando a participação social e o protagonismo dos migrantes no encaminhamento de demandas e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, terá como objetivo promover a universalidade, indivisibilidade e garantia dos direitos humanos, bem como assegurar à população migrante o acesso aos direitos e liberdades civis, sociais, culturais, políticas e econômicas. Ademais, pretende fortalecer a



cooperação e parcerias de órgãos, entidades públicas, privadas, da sociedade civil e organismos internacionais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para migrantes.

Ainda em janeiro de 2022, a equipe se reuniu com representações dos estados do Paraná e Minas Gerais e com o Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal (NUPEGEM/UFRGS), a fim de adensar e amadurecer as discussões a nível local sobre a instituição de plano ou política estadual. Em março, foi instituído, por intermédio do COMIRAT/RS, [um grupo de trabalho \(GT\)](#) coordenado pela servidora Bibiana Waquil Campana e composto por entidades do poder público e da sociedade civil, a fim de elaborar uma proposta de projeto de lei. De abril a junho, o GT se reuniu quinzenalmente para discutir o conteúdo da minuta, o que culminou na sua apresentação à comunidade, em formato de consulta pública na Assembleia Legislativa, durante a III Semana Estadual do Migrante. A equipe trabalhou na incorporação de demandas, críticas e sugestões levantadas por atores participantes. O documento foi validado pelo COMIRAT/RS em reunião ordinária no mês de julho de 2022 e discutido junto à direção do Departamento de Justiça, à Assessoria Jurídica da SJSPS e à Secretária-Adjunta de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo. Remetido à Casa Civil - por meio do Processo Administrativo n.º 22/0600-0000457-3- e, finalmente, à PGE, onde aguarda considerações desde setembro de 2022.

2. Cartilha de Direitos Sociais

A Secretaria de Justiça, e Sistemas Penal e Socioeducativo, por intermédio do COMIRAT/RS, instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de Incidência nas Delegacias de Migração da Polícia Federal: o GT DELEMIGs, coordenado pela servidora Bibiana Waquil Campana, com a proposta de produzir materiais que levem aos migrantes mais informações sobre seus direitos sociais, bem como sobre os serviços da rede local e de que forma podem acessá-los. Deste modo, garantindo o acesso à informação sobre direitos sociais à população migrante, a partir da disseminação de informações referentes ao acesso a direitos sociais, da instrumentalização dos profissionais que atendem as populações migrantes e da ampliação e fortalecimento da rede estadual de assistência a migrantes.

Em janeiro, a equipe participou de reunião de articulação junto à Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul e a ONU Migrações para alinhamento da proposta, que



teve seu conteúdo elaborado entre os meses de janeiro e junho. Em março, foi firmado apoio da ONU Migrações ao projeto e em agosto, passou-se a discutir a sua tradução junto ao Bará, da UFRGS.

As cartilhas e folders são fruto do trabalho colaborativo de diversas instituições que trabalham na promoção de direitos para migrantes no Rio Grande do Sul, dentre atores do poder público estadual e municipal, organizações da sociedade civil e associações e cooperativas de migrantes. Destaca-se a parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente junto à [ONU Migrações](#) e à Agência da ONU para Refugiados, que serão responsáveis pela sua diagramação e design.

O material foi dividido em 05 tipos de folders com informações básicas sobre regularização migratória e 03 cartilhas - sendo a primeira sobre documentação, justiça e participação social; a segunda, referente à saúde, assistência social, previdência social, moradia, alimentação, acesso à informação; e a terceira, abordando os temas de trabalho, educação, mobilidade, cultura e serviços bancários. Buscando garantir maior acessibilidade, planeja-se a sua tradução para 05 idiomas (português, creole haitiano, o wolof senegalês, o francês e o inglês). A organização da distribuição se dará na quantidade de 500 cartilhas e 500 folders para cada idioma, totalizando 27.500 de cópias da cartilhas e 137.500 cópias de folders destinadas a 11 circunscrições - nomeadamente Pelotas, Rio Grande, Sant'ana do Livramento, Uruguaiana, São Borja, Santo Ângelo, Santa Maria, Santa Cruz, Jaguarão, Bagé e Santa Vitória do Palmar. Em razão da grande demanda, as circunscrições de Porto Alegre, Caxias do Sul e Passo Fundo devem receber os materiais em maior número: a quantidade de 1000 cópias de cartilhas e 1000 cópias de folders, totalizando 72.500 cópias de cartilhas e 212.500 cópias de folders.

3. Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e

A instituição do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes ([FONACCERAM](#)) é iniciativa proposta por esta equipe e inaugurada em [reunião virtual no dia 16 de março de 2022](#), cujo objetivo é fomentar discussões acerca da promoção dos direitos das pessoas refugiadas, apátridas e migrantes, sua proteção e integração local. A formalização de sua instituição foi firmada a partir da representação de um/a conselheiro/a do poder público e um/a da sociedade civil de 10 Conselhos e Comitês



estaduais para refugiados, apátridas e migrantes, [eleitos](#) pelos respectivos colegiados, para validação e assinatura de sua Carta Constitutiva.

Em 26 de julho de 2022, a servidora Bibiana Waquil Campana participa, pelo COMIRAT/RS, da [Primeira Plenária do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes](#), em Natal/RN, que contou com as representações dos comitês para migrantes do Acre, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Também contou com representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da ONU Migrações, além de atores do poder público do estado do Rio Grande do Norte. Na ocasião, foram apresentados os comitês das respectivas regiões presentes em que se abordou o contexto geral em que cada um atua, questões relativas à documentação e principais desafios, aprendizados e boas práticas, essas apresentações foram mediadas pelos representantes do ACNUR. Ao final, foi encaminhada a eleição da Coordenação Nacional representada pelo COMIRAT-RS, CERAM-RN e CEIPARM-RJ e aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para elaboração do regimento interno.

De agosto em diante, a equipe passa a coordenar as reuniões periódicas da Coordenação Nacional e as reuniões ordinárias e extraordinárias do FONACCERAM.

Em 27 de outubro, a Coordenação Nacional promove reunião extraordinária do FONACCERAM com o tema "Os colegiados estaduais e a acolhida afegã", espaço mediado pela servidora Bibiana Waquil Campana, que contou com a participação de representações do ACNUR, do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJ) e da ONU Migrações, além dos conselheiros/as e público geral.

Ainda no mês de outubro, a equipe passa a apoiar a ONU Migrações na organização de capacitação em Brasília para todos os conselheiros do FONACCERAM e constrói, por intermédio da Coordenação Nacional, agenda de incidência política sobre o tema junto ao Congresso Nacional e ao governo de transição. Também, faz a redação de carta institucional entregue à presidência da Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional (CMMIR), para representantes das equipes de Direitos Humanos e Assistência Social do governo de transição e para a coordenação da Secretaria Geral de Articulação Institucional da DPU.



Entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro, a servidora Bibiana Waquil Campana participa de [capacitação sobre Tráfico de Pessoas](#), promovida pela ONU Migrações e de agenda de incidência política junto à Equipe de Transição da Presidência da República e ao Congresso Nacional. Na carta, foi sugerida a Revisão da regulamentação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Art. 120 da Lei 13.445/17), a criação de Secretaria Especial para Refúgio, Apatridia e Migrações vinculada à presidência da República, a ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, a implementação de norma que regulamente o instituto da anistia migratória para pessoas residentes e em situação de irregularidade documental, a realização de uma segunda Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) visando reunir diversos atores para o debate e a elaboração de propostas para políticas públicas para migrantes e refugiados e também a elaboração de um Projeto normativo para estatuto próprio de Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo sua existência mesmo que em fluxo migratório no território brasileiro.

4. Articulação Assembleia Legislativa

Fevereiro: Participação de reunião para a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (CCDH/AL)

No dia 9 de fevereiro, a servidora da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Bibiana Waquil Campana, [participou de uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul \(CCDH/AL\)](#) com o intuito de contextualizar a pauta migratória para os deputados. Apresentando as atribuições do Departamento de Justiça e do COMIRAT-RS, ambos da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), foram abordados o perfil dos migrantes no estado, as principais necessidades e dificuldades que essa população enfrenta e formas de apoio pelo parlamento gaúcho.

Março:

Participação no Programa Faça a Diferença, da Assembleia Legislativa



No dia 5 de março, foi ao ar entrevista na [TV Assembleia Legislativa](#) realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, que contou com a presença da Presidente do COMIRAT/RS, Bibiana Waquil Campana. No programa, foi abordado sobre a situação dos migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul, as principais dificuldades enfrentadas, a estrutura da rede que os recebe e as violações de direitos humanos destas populações em solo nacional. Além disso, foi mencionada a eventual aprovação da Política Estadual para Migrantes.

Participação em audiência pública sobre migração, racismo e xenofobia

No dia 7 de março, a servidora Bibiana Campana foi convidada pelo presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Airton Lima (PL-RS), a participar da [audiência pública realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa visando discutir a implementação e fortalecimento de políticas antirracistas e atendimento de migrantes](#) congolezes, senegaleses, angolanos e haitianos. Entendeu-se pertinente a necessidade de articular políticas nesse sentido devido à morte do congolês Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro, e a ocorrência de casos similares no RS.

Participação em audiência pública sobre a ressignificação de símbolos escravagistas

No dia 24 de março, a servidora Bibiana Waquil Campana participou de Audiência Pública com o tema “Discussão e Ressignificação de Símbolos Ligados à Escravização Negra e Indígena no Brasil”, que teve o intuito de reinterpretar as homenagens feitas a figuras históricas que foram escravocratas ou apoiadoras da escravização. A solicitação de audiência pública foi assinada por 42 entidades, dentre as quais está a Comissão de Igualdade Racial da OAB-RS e a Associação dos Defensores Públicos do Estado, que ocupa uma cadeira no Conselho de Direitos Humanos.

Abril - junho: Reuniões de organização para Promoção da III Semana Estadual do Migrante

A Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, através do COMIRAT/RS, [promoveu a III Semana Estadual do Migrante](#) que, instituída pela Lei nº 15.367, de 5 de



novembro de 2019, tem como finalidade a discussão e a promoção de programas de atenção à população migrante, incentivo de políticas públicas de proteção desta população e o debate de alternativas de empregabilidade e integração cultural.

A edição deste ano aconteceu entre os dias 20 a 24 de junho, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde foram debatidos temas como o fortalecimento de políticas públicas a partir da presença de mediadores interculturais e da instituição de centros de atendimento especializado a migrantes, além do compartilhamento de experiências de municípios que possuem políticas e comitês municipais instituídos. Também, se discutiu como raça e etnia são fatores condicionantes dos processos de mobilidade humana, buscando qualificar o atendimento de ponta e incitar a formulação de políticas e projetos que considerem as particularidades destas experiências. Ainda, promoveram-se atividades voltadas à população migrante, como o mutirão de regularização migratória, junto à Polícia Federal, e o dia de atendimento especializado para migrantes em agências SINE em todo o estado. O encerramento se deu com a apresentação da minuta da Política Estadual para Migrantes, elaborada pelo COMIRAT/RS, para promover consulta pública a respeito do documento.

Foram entidades parceiras da organização do evento a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Centro Ítalo-Brasileiro de Atendimento ao Imigrante (CIBAI Migrações), o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Porto Alegre (SJMR), o Espaço Mundo de Esteio, a Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS) e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (CCDH/ALRS).

O então Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Mauro Hauschild, participou da Mesa de Abertura do evento, e a então Secretária Adjunta, Carolina Ramires, participou da Mesa de Encerramento.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA E
SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

O Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul convida

COMIRAT/RS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA E
SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

III SEMANA ESTADUAL DO MIGRANTE

20 A 24
DE JUNHO

PROMOVER A CIDADANIA: GARANTIR
DIREITOS SOCIAIS E FORTALECER A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL



INSCRIÇÕES NO LINK: [EVEN3.COM.BR/IIISEMANAESTADUALDOMIGRANTE](https://even3.com.br/iiisemanaestadualdomigrante)

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, USAID, PORTUNIDADES, ONU MIGRAÇÃO, CIBAI, FGTAS

Compilado de links sobre a cobertura da III Semana Estadual do Migrante:

- Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda:
<https://fgtas.rs.gov.br/minuta-de-projeto-de-lei-e-apresentada-na-solenidade-de-encerramento-da-iii-semana-estadual-do-migrante>
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul:
<http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/328840/Default.aspx>
- Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul:
<https://www.defensoria.rs.def.br/dpe-rs-participa-da-iii-semana-estadual-do-migrante>
- FGTAS/Sine:
<https://www.fgtas.rs.gov.br/agencias-fgtas-sine-oferecem-mais-de-6-mil-vagas-de-trabalho-no-rs>



- Prefeitura de Caxias do Sul:
<https://caxias.rs.gov.br/noticias/2022/06/centro-de-informacoes-ao-imigrante-participou-de-debates-na-iii-semana-estadual-do-migrante>
- Prefeitura de São Leopoldo (Jornal Berlinda): <https://berlinda.com.br/2022/06/17/44796/>
- NUPEGEM/UFRGS:
<https://www.ufrgs.br/nupegem/nupegem-participa-da-iii-semana-estadual-do-migrante/>
- Notícia de atendimento do Sine no Bom dia Rio Grande:
<https://globoplay.globo.com/v/10695203/>
- Cobertura do evento pela Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul:
<https://www.youtube.com/watch?v=V9PDb75HFwI>
<https://www.youtube.com/watch?v=QWI74aNqIEs>

Setembro: O COMIRAT/RS redigiu artigo para o Relatório Azul (CCDH/ALRS) sobre Política Estadual para Migrantes

A equipe foi convidada a redigir artigo sobre a elaboração da Política Estadual para Migrantes para publicação no Relatório Azul da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (CCDH/ALRS). Contribuíram com a escrita a servidora Bibiana Waquil Campana e a estagiária Sofya Bellini de Soares, além de Carolina Cunha César, do NUPEGEM/UFRGS, e Laura Ferrari Flores Ruschel, do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados.

O Relatório Azul é uma publicação anual que procura oferecer um panorama das violações e garantias dos Direitos Humanos no RS. Os diferentes temas abordados a cada edição refletem a natureza do trabalho desenvolvido e permite o monitoramento das políticas públicas específicas no Estado, bem como o acompanhamento da evolução política e cultural da sociedade. A publicação, que conterà o artigo elaborado pelo COMIRAT/RS, está prevista para edição do início de 2023.



Novembro: Promoção de audiência pública na ALRS com o tema Acesso à reunião familiar dos haitianos

Solicitação de audiência aprovada em reunião ordinária de novembro do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS). O tema foi amplamente discutido em reuniões deste Comitê, bem como de outros colegiados pertinentes, tais como o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (FONACCERAM) e o Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul (FPMH/RS). A situação veio a público em reportagem publicada pelo Jornal Zero Hora no dia 10 de outubro, que relata a denúncia de caso de estelionato envolvendo uma associação de migrantes haitianos sofrido por 17 famílias da zona norte de Porto Alegre. É de conhecimento que casos semelhantes se repetiram no interior do estado.

Em vista disso, no dia 30 de novembro foi promovida [Audiência Pública](#) na Sala Adão Pretto - Espaço de Convergência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, [presidida pelo Deputado Papparico Bacchi](#), com o auxílio da servidora Bibiana Waquil Campana, em que estiveram presentes a [Defensoria Pública da União](#), Defensoria Pública do Estado, associações de migrantes haitianos, além da coordenação do Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul (FPMH), e atores da sociedade civil. Ficaram acordados os encaminhamentos: a) A CCDH/AL em conjunto com o COMIRAT/RS irá oficializar os atores competentes (Polícia Civil, Brigada Militar, Ministério Público do RS) para solicitar informações e esclarecimentos em torno das investigações sobre irregularidades em fretamento dos voos; b) Buscar apoio junto ao Senado Federal e Ministério de Relações Exteriores para garantir os vistos para reunião familiar; c) Elaborar uma ação junto à Justiça Federal para que atenda o direito ao instituto da reunião familiar previsto na Lei de Migração, d) Buscar apoio junto a equipe de transição e junto Governo Federal para ser assegurada a vinda dos familiares de haitianos residentes no Brasil.

Nesse sentido, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul oficiaram a Brigada Militar, Polícia Federal a fim de solicitar informações sobre o encaminhamento das denúncias sobre o fretamento de voo, e ao



Itamaraty e Senado Federal para tomar providências políticas referente às situações já mencionadas na Embaixada Brasileira de Porto Príncipe.

No dia 12 de dezembro, a equipe do COMIRAT/RS, foi informada pela Defensoria Pública da União que a liminar mencionada, foi indeferida, tendo a Corte Especial, por unanimidade, dado provimento aos agravos. Diante disso, permitindo o acesso à reunião familiar dos haitianos. Entretanto, cabe destacar que a reunião familiar ainda sofre obstáculos, principalmente sobre a atuação da embaixada brasileira em Porto Príncipe, que carece de funcionários e sofre inúmeras denúncias de corrupção. Assim sendo, foi solicitado pelo FONACCERAM a promoção de uma Audiência Pública junto à Comissão Mista Permanente para as Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional para debater o acesso de haitianos à acolhida humanitária e à reunião familiar.

5. MigraCidades - Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil

O MigraCidades é um processo de certificação de políticas migratórias a nível local promovido pela ONU Migrações em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto trata da aplicação de ferramentas que permitirão aos governos locais apreciar a abrangência de suas políticas migratórias, bem como identificar potencialidades a serem desenvolvidas em benefício dos migrantes e das comunidades de acolhida. Para isso, certifica-se o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória local e dá-se visibilidade às boas práticas identificadas nos estados e municípios brasileiros ao longo das etapas do processo por meio da oferta do [selo MigraCidades](#). O objetivo do processo de certificação é contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias de forma qualificada e planejada, ao encontro da Meta 10.7 das Nações Unidas, que prevê uma migração ordenada, segura, regular e responsável.

O Estado do Rio Grande do Sul já recebeu a certificação em governança migratória local do MigraCidades nos anos de 2020 e 2021 por sua qualificação na elaboração e promoção de projetos e políticas voltadas para a garantia de direitos desta população. Neste ano, o estado foi convidado a se candidatar novamente à seleção para participar da edição de 2022.

Com o aceite, a servidora Bibiana Waquil Campana, referência local, foi demandada a participação em curso sobre o aprimoramento da governança migratória local disponibilizado



pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com carga horária de 30 horas, conforme o certificado de capacitação. A primeira e segunda etapa, denominadas [Monitoramento](#) e Diagnóstico, objetivaram o registro e avaliação das políticas e projetos desenvolvidos no ano anterior (2021). Em agosto de 2022, a equipe enviou formulário de diagnóstico com o detalhamento da implementação das atividades planejadas, se elas foram executadas e quais as suas repercussões. Em novembro, na etapa de priorização, a equipe elegeu, a partir do diálogo com as demais secretarias de estado e atores relevantes, três dimensões de políticas de acesso a direitos ou de governança para serem priorizadas e fortalecidas no ano seguinte. Dessa forma, ficou acordado que para o ano de 2023, serão priorizadas as dimensões de 1) capacitação de servidores, 2) estruturação institucional de governança e estratégia local e 3) participação social e cultural de migrantes.

Finalizadas estas etapas, o estado foi indicado para receber a certificação pelo [terceiro ano consecutivo](#), em 18 de janeiro de 2023. Salienta-se que a certificação fortalece a atuação do governo do estado junto ao tema e contribui para a participação intersetorial, dialogada com os demais órgãos do executivo estadual.





GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA E
SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO



6. Ciclo de Capacitações sobre Migrações Transnacionais

A secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, por intermédio do COMIRAT/RS, promoveu o [Ciclo de Capacitações sobre Migrações Transnacionais](#), em parceria com Secretaria da Segurança Pública, a Fundação do Ministério Público, a ONU Migrações, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, o Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Informação às Migrações, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência, e contou com o apoio das prefeituras do Chuí, Sant'Ana do Livramento e Uruguaiana, nas regiões das fronteiras sul e sudoeste do estado.

O evento, coordenado por esta equipe, teve por objetivo instrumentalizar o trabalho e viabilizar espaços de diálogo entre os atores que fazem o atendimento direto a migrantes fronteiriços em três municípios estratégicos da fronteira - nomeadamente Chuí, Sant'Ana do Livramento e Uruguaiana -, tratando de temas específicos de migração e refúgio, contrabando de pessoas, tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão.

A primeira etapa ocorreu nos dias 27 e 28 de setembro no Chuí, e teve como abrangência os municípios do Chuí, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão e Rio Grande. O evento ocorreu no Bertelli Chuí Hotel e teve como parceiros a Prefeitura do Chuí, a ONU Migrações, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) e o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), contou com a presença de 40 pessoas, dentre elas representantes



da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Brigada Militar, Guarda Municipal de Trânsito, Universidades, Secretarias Municipais de Assistência Social e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A capacitação na etapa do Chuí teve como resultado a iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chuí de contratar um atendente específico para migrantes e realizar um diálogo significativo com a Receita Federal para que a mesma disponibilize o cadastro de pessoa física para migrantes fronteiriços.

A segunda etapa ocorreu nos dias 17 e 18 de novembro em Sant'Ana do Livramento, tendo como abrangência os municípios de Sant'Ana do Livramento, Bagé, Dom Pedrito, Aceguá e Quaraí. A atividade foi sediada na Sala Cultural Professor Francisco Pereira Alves, em Sant'ana do Livramento, e contou com a participação de 30 pessoas, dentre elas representantes da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), Brigada Militar e de CRAS e CREAS de Santana do Livramento e Bagé. Ficou como encaminhamento da parte da Secretaria Municipal de Assistência Social articular com os representantes presentes para possível criação de um COMIRAT em âmbito intermunicipal com auxílio do COMIRAT/RS.

No encerramento nos dias 6 e 7 de dezembro em Uruguaiana, no Salão Nobre da Prefeitura de Uruguaiana, teve como abrangência os municípios de Uruguaiana, São Borja, Itaqui, Barra do Quaraí, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Alegrete, contou com a participação de 30 pessoas, com a presença de representantes da política de assistência social, da segurança pública, das autoridades dos municípios abrangentes e dos municípios do entorno, mostrando-se um espaço propício para a construção de uma qualificação no atendimento de migrantes e no combate ao trabalho análogo à escravidão.

O Ciclo de Capacitação sobre migrações transnacionais contribuiu para a qualificação da assistência e fortalecimento da rede, através da promoção do acesso à informação, qualificação do atendimento prestado a migrantes fronteiriços e fortalecimento das redes locais e do diálogo junto a esta Secretaria.

7. Celebração de 10 anos do COMIRAT/RS

Neste ano, o COMIRAT/RS completou dez anos de sua instituição. Em razão disso, foram promovidas atividades para recapitular o histórico de atuação do comitê, além de



debater metas e objetivos a serem alcançadas nos próximos anos. Em outubro, foi publicada [reportagem no site da Zero Hora](#), assinada pelo então Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Mauro Hauschild, e pela servidora Bibiana Waquil Campana.

Durante o mês de setembro, o comitê estruturou e coordenou um grupo de trabalho, denominado “GT - 10 anos do COMIRAT/RS”, para organizar o planejamento das atividades de celebração dos dez anos do COMIRAT/RS, tendo como integrantes, Bibiana Waquil Campana, SJSPS/RS; Amanda Prestes, SJSPS/RS; Anderson Fagundes, SJMR/POA; Claudete Rissini, Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante; Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, Egidia Muraro; Fundação Escola Superior do Ministério Público, Joseane Schuck; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, Susiane Mendonça de Oliveira; Wellington Xavier, SJSPS/RS; Raquel Barcellos, NAARI; Elton Bozzetto, Fórum Permanente de Mobilidade Humana e Cáritas/RS e Laura Ferrari, SJMR/POA.

Como resultado, foi promovido o Seminário online “Celebração dos 10 anos do COMIRAT/RS” no dia 20 de outubro, transmitido pelo [canal do Comitê no YouTube](#). O evento teve como finalidade retomar o contexto da instituição do comitê, momentos importantes da atuação e uma fotografia atual da pauta migratória e contou com as falas da servidora Bibiana Waquil Campana, atual presidente do COMIRAT/RS, a Diretora do Departamento de Justiça da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul, Daniela Setim Rezner, o Coordenador do Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul, Elton Bozzetto, o Advogado do Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul, Adriano Pistorelo, a Professora Coordenadora do Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GAIRE/UFRGS), Roberta Baggio, e de representações migrantes tais como: o Presidente da Associação dos Senegaleses, Bambá Touré, o Presidente da Associação dos Angolanos do Rio Grande do Sul (AAARS), Januário Gonçalves, o Vice-Presidente da Cooperativa Habitacional dos Migrantes do Sul (COHMISUL), Hector Lopez, e o Presidente da Associação dos Haitianos da Lomba do Pinheiro, Jean Eric Joseph.

Além disso, o GT acordou pela elaboração de um documentário sobre os dez anos do COMIRAT-RS, com a finalidade de compilar o histórico da década de atuação junto à rede de migração no estado a partir de entrevistas com pessoas que, ao longo dos dez anos de história, tiveram uma participação de grande relevância para o comitê. O roteiro foi dividido em



quatro partes: contextualização da instituição do comitê e seus primeiros anos de atuação; entrevistas com as antigas presidências do comitê, abordando momentos importantes ao longo dessa década; informações e dados sobre migrantes, refugiados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas no RS; retrato de tendências da migração para os próximos anos. O documentário foi construído ao longo do segundo semestre e ainda não há data para lançamento.

8. Copa dos Refugiados

A Copa dos Refugiados é um projeto que reúne refugiados e migrantes no âmbito da integração, através do esporte, visando garantir seu protagonismo, visibilizar a mobilidade humana a nível nacional e internacional e estreitar laços com as comunidades de acolhida. A ação acontece anualmente desde 2014, tendo iniciado em São Paulo/SP, e se expandido para o Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Brasília/DF, Recife/PE e Porto Alegre/RS. Em sua última edição, em 2019, participaram 1,2 mil atletas de 49 nacionalidades. Neste ano, a edição contou com 1,5 mil atletas, de 76 seleções e 48 nacionalidades participantes.

Foram entidades parceiras do evento organizações da sociedade civil e entidades do poder público, tais como a Prefeitura do Município de Porto Alegre, o Núcleo de Apoio e Assessoria a Refugiados e Imigrantes - NAARI, a Organização Internacional para as Migrações e o SESC Porto Alegre.

Nos dias 1 e 25 de novembro, a equipe se reuniu com a Secretaria do Esporte e Lazer para discutir possibilidades de apoio ao evento. Na primeira ocasião, a servidora Amanda Prestes, acompanhada da então Secretária Adjunta de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Carolina Ramires, se reuniu com a Secretária do Esporte e Lazer, Letícia Boll, a fim de solicitar a disponibilização de apoio financeiro para confecção de uniformes para 180 atletas, de 10 seleções, e transporte para a seleção classificada participar da final, que ocorreria em São Paulo. No segundo encontro, em que participaram a servidora Bibiana Waquil Campana e o representante da PDMIG, Januário Gonçalves, foi acordada a integralização da Copa dos Refugiados no calendário oficial do estado e a disponibilização de uma van de brinquedos infláveis para as crianças no dia do evento e de uniformes para os atletas utilizarem em São Paulo na Etapa Nacional.



Concomitantemente, no dia 8 de novembro foi promovida reunião com a equipe de marketing do Banrisul, em que estiveram presentes, a Organização PDMIG - África do Coração, na pessoa de Januário Gonçalves, as servidoras da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Bibiana Waquil Campana e Amanda Prestes, e os estagiários Jorge Fernando João e Sofya Soares de Bellini, a fim de verificar a possibilidade de patrocínio à Copa dos Refugiados. A solicitação foi aprovada, mas não pode ser concretizada pela falta da apresentação de documentos necessários de parte da PDMIG.

A etapa estadual da Copa ocorreu com sucesso no dia 27 de novembro de 2022, das 8h às 18h, no Estádio do SESC, onde participaram 180 atletas, de 10 seleções. Participaram do evento representando a SJSPS a servidora Bibiana Waquil Campana e o então estagiário Jorge Fernando João.

9. Lançamento 2ª Nota Técnica - Perfil dos Migrantes no RS

A Secretaria de Justiça, Sistemas Penal e Socioeducativo solicitou, pelo terceiro ano consecutivo, ao Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o levantamento de dados sobre a população migrante e refugiada no Rio Grande do Sul, com base nos bancos de dados do Cadastro Único, do Cadastro Nacional de Saúde (CNS) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O resgate de dados e informações existentes a respeito da população migrante auxilia na delimitação e na elaboração de políticas públicas precisas e eficazes, visando a promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos. Os dados coletados se mostram de extrema necessidade, a medida em que proporcionam um conhecimento maior sobre essa população no nosso estado, como também, facilita o planejamento de ações dos órgãos governamentais e sociedade civil, sendo fundamental para um melhor desenvolvimento, acolhimento e proteção da população migrante e refugiada no Rio Grande do Sul.

No dia 22 de dezembro, em alusão ao Dia Internacional dos Migrantes, o Governo do Estado, em parceria entre Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS), lançou, em formato online, a Nota Técnica nº 70 DEE/SPGG, a respeito do estudo do [Perfil dos Migrantes no Rio Grande do Sul](#). Essa é a terceira edição da pesquisa, que auxilia no planejamento e na execução de políticas públicas voltadas à população de migrantes e refugiados do Estado. Na



ocasião, a servidora Bibiana Waquil Campana (SJSPS), que atuou como revisora técnica do estudo, realizou a mediação do evento, em que o autor do estudo, Tomás Pinheiro Fiori (SPGG), apresentou o conteúdo da nota técnica e os convidados Gisele Netto – Assistente de Campo Sênior no ACNUR e o Iurqui Pinheiro – Coordenador de Projetos na OIM Brasil, discutiram acerca do seu conteúdo.

CONVITE

O perfil dos migrantes no Rio Grande do Sul

**Nota Técnica n. 70 | Departamento de Economia e Estatística
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**

Em alusão ao Dia Internacional dos Migrantes, convidamos a todos para participar da transmissão de lançamento da **Nota Técnica n. 70, do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul**. O material, elaborado pelo Chefe da Divisão de Análise de Políticas Públicas, Tomás Pinheiro Fiori, tem como base o Sistema de Registro Nacional Migratório, a Relação Anual de Informações Sociais e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

 **22 de dezembro, às 9h**
(quinta-feira)

 <https://bityli.com/VTTc5>

10. CONIIB

A Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, representada pelas servidoras do Departamento de Justiça, Bibiana Waquil Campana e Amanda Prestes, realizou, no dia 23 de fevereiro de 2022, uma reunião com a Convenção Nacional das Igrejas Independentes do Brasil - CONIIB-RS, nas pessoas de Márcia Cavalcante, Luciana Lee e Anderson Kubiaki, visando apresentar a gestão da pauta migratória a nível estadual, as atividades realizadas à frente da presidência do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Sul - COMIRAT, e o panorama das migrações no estado, buscando apoiar a estruturação do Centro de Referência e Acolhimento para população em geral e para os imigrantes – implementado por Acordo de Cooperação (FPE n.º 22639/2021) celebrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da SJSPS e a CONIIB-RS, em outubro de 2021, conforme o PROA n.º 21/2800-0000066-9. O espaço teve continuidade em capacitação promovida pela servidora



Bibiana Waquil Campana para toda a equipe do Cirandar no dia 12 de março no Reassentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Viamão.

Durante o ano de 2022, a equipe responsável realizou visitas institucionais no Centro de Referência, localizado na Rua dos Andradas, n.º 857, Bairro Centro - Porto Alegre, para conhecer o resultado das reformas e verificar as condições do imóvel cedido. Constatou-se que o estabelecimento se encontra com uma boa estrutura no primeiro andar, disponibilizada pela ONG Cirandar, parceria da CONIIB: uma biblioteca com livros em português, entre outros idiomas; e uma sala de multiuso para atividades extras, como curso de língua portuguesa, a promoção de eventos e saraus voltados para cultura e migração para adultos e crianças. Todavia, as reformas do segundo e terceiro andar do prédio ainda não foram concluídas.

No dia 30 de novembro de 2022, a CONIIB entregou por e-mail a esta Secretaria, o primeiro relatório anual, relatando as atividades promovidas no Centro de Referência. Em seguida, no dia 13 de dezembro, foi realizada reunião entre a CONIIB, o então Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, Mauro Hauschild, e os servidores, Bibiana Waquil Campana, Amanda Prestes e Wellington Mancilha.

Outros eventos e atividades que promovemos:

- [Oficina: Integração, Governança Migratória e a atuação do estado do RS](#), em conjunto com OIM e Migracidades, no dia 24/03;
- [Evento: "Migração e educação" do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Educação, Família e Sucessões do MPRS](#), em 01/06;
- [Oficinas de Fortalecimento de Redes no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas](#), em conjunto com a OIM e SSP, nos dias 05 e 06/07 na ALRS;
- Capacitação sobre migração NUCRESS - São Sebastião do Caí, em 17/08;

Eventos e atividades que participamos:

- [22 Encontro CONGEMAS - Região Sul: palestrante do "Painel 4: Fluxos migratórios e proteção social na região Sul"](#), no dia 26/04;
- [Evento "Panorama dos Migrantes e Refugiados em Porto Alegre"](#), do NAARI/UniRitter, no dia 24/05;



- Entrevista para a OIM Argentina, no dia 28/07;
- Reunião Comitê Intersetorial pela Primeira Infância, dia 17/08;
- Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre sobre lançamento de relatório sobre a Comissão da Verdade Colombiana, no dia 23/08;
- [Visita projeto Cárceres](#), em conjunto com o DPP/SJSPS, CSVM/UFRGS e ACNUR, no dia 26/08;
- Reunião Planejamento Estratégico estado do RS, no dia 25/08;
- [Mini-curso "Proteção de Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no RS"](#) no VI SERPINF – Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade E Família E IV SENPINF – Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, no dia 19/10;
- [Participação na Mesa "Impactos da Crise Migratória no Cenário Nacional"](#) do VI Congresso Direitos Humanos e Migrações Forçadas, do SADHIR/PUCRS, no dia 26/10;
- Capacitação sobre migração e refúgio para o CREAS Lomba do Pinheiro, nos dias 31/10 e 05/12;
- Participação em Mesa de Abertura e mesa temática do X Seminário Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul (FPMH/RS), nos dias 11 e 12/11;
- Participação em reunião do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Imigrante e Refugiada do Rio De Janeiro, no dia 06/12;

Reuniões de articulação:

- [Reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana \(CEDECONDH\) de Porto Alegre](#), cuja pauta foi "Política Municipal para a População Migrante", em 15/03;
- [Reunião Associações e Cooperativas de Migrantes](#), em 18/03;
- [Reunião Gabinete do Governador sobre a acolhida a população ucraniana no RS](#), em 21/03;
- Reunião com gestões municipais sobre a acolhida à população migrante, no dia 31/03;



- Reunião GT Migração do Estado de Santa Catarina, no dia 30/05;
- Reunião Consulado República Checa, no dia 13/07;
- Participação em reunião do FPMH/RS para tratar da participação do COMIRAT/RS na I Plenária Nacional do FONACCERAM, no dia 06/07;
- Reunião Escritório Quebec, em 08/07;
- Reunião GT Executivo Estadual, no dia 20/07;
- Reunião Associação dos Angolanos e Amigos do RS, no dia 22/07;
- Reunião discussão Reunião Familiar Haitianos, com o COMIRAT/POA, no dia 19/08;
- Reunião ACNUR + Secretário de Justiça, no dia 24/08;
- Reunião com a Associação dos Haitianos da Lomba do Pinheiro, no dia 26/08;
- Reunião com o CRIA/RS e CSVN/UFRGS sobre a promoção de aulas de PT para indígenas warao, no dia 04/10;
- Participação em reunião ordinária do CERAM/RN, no dia 26/10;
- Reunião articulação SJSPS + SJMR, no dia 25/11;
- Reunião SICDHAS - acolhida afegã, no dia 28/11;
- Reunião Gab SJSPS - acolhida afegã, no dia 30/11;
- Reunião Ministério Público Federal - acolhida afegã, no dia 01/12;

Planejamentos para 2023

Baseado nas dimensões do MigraCidades, o trabalho será estruturado por intermédio dos três eixos a seguir:

1- Capacitação de servidores

- Organização de uma 2ª edição de Ciclo de Capacitações para migrações Transnacionais (sugestão: 3 etapas - julho, setembro e novembro);
- Organização de um plano de trabalho para realização de uma capacitação sobre elaboração de políticas migratórias para municípios;
- Instituir parceria com a Educação Permanente (SICDHAS) para elaborar novos seminários, de fone online, sobre o atendimento na pauta de migração e refúgio;

2 - Estruturação Institucional de Governança e Estratégia Local



- Fortalecimento da rede nacional através do FONACCERAM;
- Auxílio na criação de comitês em âmbito municipal, após a capacitação sobre elaboração de políticas migratórias para municípios, mencionada anteriormente;
- Auxílio na elaboração da Política Estadual da Primeira Infância (CEIPI/SICDHAS);
- Articulações para fortalecimento da Política Estadual para migrantes a fim de que o projeto de lei seja vigorado;

3- Participação Social e Cultural de Migrantes

- Parceria com a Ong Cirandar para criação de projetos voltados a cultura dos migrantes;
- Promoção da IV Semana Estadual do Migrante, de acordo com a Lei nº 15.367, de 5 de novembro de 2019 ;
- Auxiliar na organização do projeto Copa dos Refugiados;